DOCUMENTO DO EIXO TEMÁTICO

EDUCAÇÃO BÁSICA

Data de atualização: 05/2019

SITEAL | EDUCAÇÃO BÁSICA

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

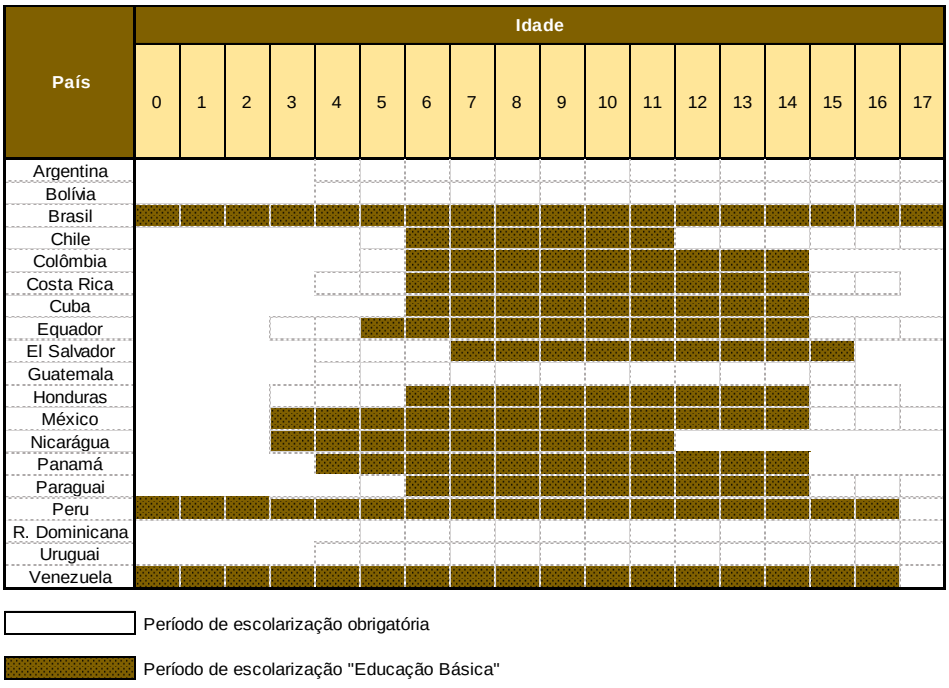
Instituto Internacional de Planejamento Educacional
IIPE UNESCO Buenos Aires
Escritório para a América Latina

Educação básica

A educação básica é o ciclo educacional que os Estados orientam para crianças e adolescentes desde a primeira infância até o final da adolescência. Abrange desde a educação infantil até a educação secundária. Dos países que compõem a região da América Latina, 14 dos 19 usam o termo "educação básica" para se referir a essa etapa educacional de seus sistemas educacionais nacionais.

Em Cuba e no Panamá, a educação básica coincide com a escolarização obrigatória. Na Venezuela, Peru, Nicarágua e Brasil, a educação básica inclui alguns anos de escolarização obrigatória e outros que não são. No resto dos países, a educação básica constitui uma etapa dentro da escolarização obrigatória.

Período de escolarização obrigatória, período de escolarização que cada país denomina "educação básica" e percentual da população de 25 a 35 anos que completou o período de escolarização obrigatória. América Latina, 19 países



Nota: as informações da Argentina correspondem apenas às áreas urbanas.

Fonte: SITEAL com base nas Leis de Educação e nas Pesquisas Domiciliares de cada país.

Existe uma tendência sustentada para estender o período obrigatório de escolarização. O último ano da educação infantil é obrigatório em praticamente

todos os países da região. A República Bolivariana da Venezuela foi pioneira em estabelecer a natureza compulsória do pré-escolar (para crianças de 5 anos) em 1980. Depois, Argentina, Guatemala, Colômbia e Panamá estabeleceram a natureza obrigatória do pré-escolar durante os primeiros cinco anos da década de 1990. El Salvador, República Dominicana, Paraguai e Uruguai fizeram isso no período 1996-1998; Peru e México, entre 2003 e 2004, e Nicarágua e Bolívia, antes do final dos anos 2000. Enquanto isso, Costa Rica, Equador, Honduras, Brasil e Chile foram os últimos países da região a estabelecer a natureza compulsória do último ano da educação infantil.

Em relação à educação secundária, a Venezuela estabeleceu sua obrigatoriedade em 1999. Chile e Peru fizeram isso em 2003. Argentina, em 2006. Equador, em 2008. Bolívia, Brasil e Uruguai em 2009. República Dominicana e Paraguai, em 2010. Honduras e Costa Rica, em 2011, e México, em 2012.

Quadro regulatório e programático. Ano em que foi estabelecida a obrigatoriedade da educação infantil e do segundo nível da educação secundária (ensino médio). América Latina, 19 países.

Plano de Educação	Lei educacional			Ano em que se estabelece a obrigatoriedade do...	
	Denominação	Ano de...			
		Publicação	Última Modificação	Nível inicial	Secundária superior
Argentina Ensina e Aprende. Plano Estratégico Nacional 2016–2021	Lei n° 26.206/2006 de Educação Nacional	2006	2015	2015 (4 anos)	2006
	Lei n° 27.045/2014. Declara obrigatória a educação inicial para crianças de quatro anos.	2015	n/c		
Plano Setorial de Desenvolvimento Integral da Educação para o Bem Viver 2016–2020	Lei n° 070/2010. Lei da Educação "Avelino Siñani - Elizardo Perez"	2010	n/c	2010 (4 e 5 anos)	2009
Plano Nacional de Educação 2014–2024	Lei n° 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	1996	2018	2009 (4 e 5 anos)	2009
Plano de Garantia da Qualidade Escolar 2016–2019	Lei n° 20.370/2009 Lei Geral da Educação	2009	2010	2013 (5 anos)	2003
Plano de Melhoramento Educacional 2017	Lei 20.710/2013. Reforma Constitucional que estabelece a obrigatoriedade do segundo nível de transição	2013	n/c		
Plano Nacional Decenal de Educação 2016–2026, "Un camino hacia la calidad y equidad" ("Um caminho em direção à qualidade e equidade", em tradução livre)	Lei n° 115/1994 Lei Geral da Educação	1994	2017	1994 (5 anos)	n/c
Política Educativa "La persona: centro del proceso educativo y sujeto transformador de la sociedad" ("A pessoa: centro do processo educacional e sujeito transformador da sociedade") - Ministério da Educação Pública, Conselho Superior de Educação	Lei 2160. Lei Fundamental da Educação	1957	2001	2015 (4 e 5 anos)	2011
	Constituição Política art. 77 e 78 educação básica e a obrigatoriedade do nível pré-escolar	1949	2015		
Não há registro	Lei de Nacionalização Geral e Gratuita do Ensino/1961	1961	n/c	n/c	n/c
Plano decenal de educação do Equador 2006–2015	Registro Oficial n° 417/2011 Lei Orgânica de Educação Intercultural (LOEI) e seu Regulamento Geral	2011	2016	2011 (3 a 5 anos)	2008
Proposta da comunidade educacional ao novo plano decenal de educação 2016–2025					
Plano El Salvador Educado. Pelo direito a uma educação de qualidade	Decreto n° 917/1996 Lei Geral da Educação	1996	2011	1996 (4 a 6 anos)	2011
Eixos estratégicos do Plano Nacional de Educação em Função da Nação 2014–2019					
Plano Estratégico de Educação 2016–2020. Comprometidos com a educação	Decreto Legislativo n° 12/1991 Lei da Educação Nacional	1991	n/c	1993 (4 a 6 anos)	n/c
	Constituição Nacional/1993	1993	n/c		
Plano Estratégico do Setor Educação 2017–2030	Decreto n° 262/2011 Lei Fundamental de Educação	2012	n/c	2012 (3 a 5 anos)	2011
Programa Setorial de Educação 2013–2018	Lei Geral da Educação/1993	1993	2018	1993 (3 a 5 anos)	2012
Plano Estratégico de Educação 2011–2015	Lei n° 582/2006 Lei Geral da Educação	2006	2014	2006 (5 anos)	n/c
Plano Estratégico do Ministério da Educação 2014–2019	Lei n° 47/1946 Lei Orgânica do Ensino (O Direito Executivo n° 305 aprova o Texto Único da Lei 47 de 1946)	1946	2004	1995 (4 e 5 anos)	n/c
Plano Nacional de Educação para 2024	Lei n° 1.264/1998 Lei Geral da Educação	1998	n/c	2010 (5 anos)	2010
Plano Estratégico de Educação Paraguai 2020. Atualizado – "Bases para um pacto social"	Lei n° 5.749/2017 da Carta Orgânica do Ministério da Educação	2017	n/c		
	Lei 4088 "Que estabelece a obrigatoriedade e gratuidade da educação inicial e da educação média" (5 años)	2010	n/c		
Projeto Educacional Nacional para 2021. A educação que queremos para o Peru	Lei n° 28.044/2003 Lei Geral da Educação	2003	2012	2003 (3 a 5 anos)	2003
Plano Decenal de Educação da República Dominicana 2008–2018. "Um instrumento de trabalho à procura da excelência educacional"	Lei n° 66/1997 Lei Geral da Educação	1997	n/c	1997 (5 anos)	2010
	Decreto n° 03/2013 Modifica a estrutura acadêmica do sistema educacional dominicano	2013	n/c		
Programa Nacional de Educação 2010–2030. Contribuições da ANEP	Lei n° 18.437/2009 Lei Geral da Educação	2009	2012	2009 (4 e 5 anos)	2009
Não há registo	G.O. n° 5.929/2009 Lei Orgânica do Ensino	2009	n/c	1980 - LOE n° 2.635 (3 a 5 anos)	1999

Fonte: SITEAL, com base nas informações obtidas nos sites oficiais de cada país.

Política Educacional

A política de educação no período de escolarização obrigatória é composta pelo conjunto articulado, regulado e dirigido de investimentos, bens, serviços e transferências que os Estados visam garantir o direito à educação. Também contempla as decisões e a capacidade que isso demonstra para sustentar o sistema educacional e reduzir os hiatos de escolaridade entre os diferentes grupos sociais.

Os recursos destinados pelos Estados para garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem da população dentro do sistema educacional estão concentrados em pelo menos quatro focos. O primeiro foco de intervenção da política educacional são os professores. Com efeito, a maior parte dos recursos destinados à educação é dirigida para a formação inicial e em serviço de professores e salários.

Formação de professores (inicial e em serviço)	
Denominação	**Ênfase na inclusão e equidade**
Programa "Todos Aprender", para a Transformação da Qualidade Educativa (Colômbia)	Formación de tutores para fortalecer la interacción docente / comunidad educativa
"Programa Maestros Comunitarios" ("Programa de Professores Comunitários") (Uruguai)	Formação de tutores para o acompanhamento personalizado de estudantes
"Programa Nacional de Infraestructura para la Universalización de la Educación con Calidad y Equidad" ("Programa Nacional de Infraestrutura para a Universalização da Educação com Qualidade e Equidade") (Equador)	Áreas geográficas com alta concentração de crianças em situação de vulnerabilidade social, déficits nos serviços educacionais, com populações indígenas e afrodescendentes
Unidades Educativas do Milênio (Equador)	Áreas geográficas com alta concentração de crianças socialmente vulneráveis

Fonte: SITEAL com base nos documentos oficiais disponíveis nos sites dos órgãos estatais de cada país.

O segundo foco de intervenção é a infraestrutura educacional.
Neste caso, destina-se uma importante parte de recursos para manter, expandir, reabilitar, equipar e proporcionar tecnologia para a rede de serviços educacionais.

Infraestrutura, equipamentos e tecnologia	
Denominação	**Ênfase na inclusão e equidade**
Centros de Apoio Integral Pedagógico - CAIPs (Bolívia)	Crianças que residem em estabelecimentos penais
"Programa Nacional de Edificaciones Escolares" ("Programa Nacional de Construção de Escolas") (PNEE) (República Dominicana)	Centros de educação primária e secundária, em 21 das 31 províncias do país
Programa Nacional de Infraestrutura para a Universalização da Educação com Qualidade e Equidade (Equador)	Áreas geográficas com alta concentração de crianças em situação de vulnerabilidade social, déficits nos serviços educacionais, com populações indígenas e afrodescendentes
Programa de Inclusão e Equidade Educacional (México)	Adaptação de estabelecimentos de ensino a estudantes com deficiência
Projeto de Educação de Área (PEA) - Programa "Escuela Viva II" ("Escola Viva II") (Paraguai)	Populações localizadas nos setores rurais mais vulneráveis do país, melhorar a qualidade do nível de aprendizagem e o desempenho acadêmico dos alunos
Unidades Educacionais do Milênio e Programa de Infraestrutura Educacional (Equador)	Áreas geográficas com alta concentração de crianças socialmente vulneráveis
"Yo elijo mi PC" ("Eu escolho meu PC") (Chile)	Adolescentes matriculados em escolas pertencentes aos 40% mais vulneráveis da população, com alto desempenho acadêmico

Fonte: SITEAL com base nos documentos oficiais disponíveis nos sites dos órgãos estatais de cada país.

Um terceiro foco de intervenção da política educacional são os recursos e as ações que se destinam a definir os conteúdos curriculares e estabelecer os modelos para sua gestão nos centros educacionais.

Currículo, modelo de gestão e modalidades educativas	
Denominação	**Ênfase na inclusão e na equidade**
Programa "Asistiré" (Argentina)	Modelo de gestão voltado à inclusão, com base no acompanhamento
“Muévete por Panamá” (“Percorra o Panamá”) (Panamá)	Modo educativo voltado para pessoas analfabetas com mais de 15 anos
Programa "Todos Aprender", para a Transformação da Qualidade Educativa (Colômbia)	Modelo de gestão orientado para inclusão, com base em monitorias
Campanha Nacional de Alfabetização "De Martí a Fidel" (Nicarágua)	Modalidade educacional voltada para comunidades de difícil acesso e sem acesso à energia elétrica
“Contigo aprendo” (Chile)	Modalidade educacional voltada para pessoas com menos de 15 anos que nunca acessaram o sistema educacional ou que não completaram pelo menos o 4º ano da educação primária.
Escolas de tempo integral (ETC) (Uruguai)	Modalidade educacional para uma população socialmente vulnerável
Estratégia Reformulação do Currículo Base Nacional (CNB) do Ciclo da Educação Básica (Guatemala)	Reformulação do Curriculum Nacional de Base (CNB) do Ciclo Básico com relevância cultural e linguística
“Misión Robinson” ("Missão Robinson") (Venezuela)	Modalidade educacional voltada para crianças e adolescentes com escolaridade inacabada e conteúdo pedagógico em línguas indígenas
“Paraguay lee y escribe” (“Paraguai lê e escreve”) (Paraguai)	Modalidade educacional voltada para jovens analfabetos e adultos com mais de 15 anos de idade
Programa “Aulas Comunitarias” (“Salas de aula Comunitárias”) (Uruguai)	Modalidade educacional de base comunitária voltada para adolescentes de 13 a 17 anos de idade
Programa Centros de apoyo integral pedagógico - CAIPs (Bolivia)	Modalidade educacional e currículo adaptado para crianças que residem em estabelecimentos penais

Programa de Alfabetização "ENCUENTRO" ("Encuentro") (Argentina)	Modalidade educacional voltada para pessoas de 15 anos e mais analfabetas, incluindo a população em situação de privação de liberdade
Programa de Educação Inicial e Básica para a População Rural e Indígena (México)	Oferta educacional de base comunitária em áreas geográficas com alta concentração de população indígena
"Programa Hondureño de Educación Comunitaria" ("Programa Hondurenho de Educação Comunitária" / PROHECO) (Honduras)	Oferta educacional de base comunitária em regiões de difícil acesso e alta concentração de população socialmente vulnerável
Programa Nacional de Alfabetização (Colômbia)	Modalidade educacional voltada para adolescentes e jovens com mais de 15 anos de idade e população em situação de deslocamento
Programa Nacional de Alfabetização e Pós-Alfabetização (Bolívia)	Modalidade educacional voltada para pessoas com mais de 15 anos que residem principalmente em áreas rurais
Programa Nacional de Etnoeducação (Colômbia)	Modalidade educativa orientada a grupos étnicos
“Siempre es momento para aprender” (“Sempre é hora de aprender”) (Equador)	Modalidade educacional voltada para adolescentes e jovens de até 21 anos com atraso escolar severo ou escolaridade inacabada
Sistema integrado de escola inclusiva de tempo integral (El Salvador)	Modelo de gestão orientado à inclusão com base em outras estratégias de extensão da jornada escolar
Sistema integral de tecnologias para escola e comunidade (Equador)	Conteúdo digital em línguas indígenas
“Yo me apunto” (“Eu me inscrevo”) (Costa Rica)	Modalidade educacional voltada para alunos do 3º ciclo da educação geral básica (ensino médio) e educação diversificada com escolaridade não concluída.

Fonte: SITEAL com base nos documentos oficiais disponíveis nos sites dos órgãos estatais de cada país.

Finalmente, e em muitos casos, mobilizando recursos dos centros de intervenção mencionados acima e para estes, existe um amplo leque de ações que buscam ampliar as oportunidades de acesso, permanência e aprendizado dentro do sistema educacional. Esse grupo de ações foi agrupado no quarto e último foco de intervenção em política educacional, que foi chamado de "inclusão e equidade". Os beneficiários dessas intervenções são, em geral, os grupos sociais e as áreas geográficas onde se registram as menores taxas de escolarização, onde a proporção de crianças e adolescentes que interrompem precocemente suas trajetórias escolares é maior e/ou onde se registram dificuldades para a apropriação de conteúdos curriculares.

Os grupos priorizados são, entre outros, crianças, adolescentes e jovens que residem em áreas rurais ou afastadas, que compõem famílias com carência material persistente, portadoras de deficiência, em situação de vulnerabilidade, entre outras causas devido a sua etnia, situação migratório, práticas culturais, atribuição de gênero ou orientação sexual.

Dentro do conjunto de experiências agrupadas no foco inclusão e equidade, destacam-se aquelas que dependem da transferência direta de recursos e bens financeiros (alimentos, livros didáticos, uniformes, entre outros) para famílias, crianças e adolescentes na escola ou, ainda, os responsáveis pela gestão dos estabelecimentos de ensino.

Em outros casos, o foco em inclusão e equidade se configura como um agrupamento transversal de recursos e ações voltadas para professores, infraestrutura, conteúdos curriculares e modelos de gestão.

Além disso, a adequação da infraestrutura escolar visando facilitar o processo de escolarização das pessoas com deficiência, a formação de tutores especializados no acompanhamento personalizado dos alunos e as modalidades educacionais voltadas para a inclusão de populações historicamente atrasadas (modalidade especial, comunitária, indígena, etnoeducação, à distância ou mista, em estabelecimentos penais, entre outras) são algumas das experiências incluídas no foco de intervenção "inclusão e equidade".

A seguir, apresenta-se um conjunto relevante – embora não exaustivo – de intervenções dos Estados latino-americanos que visam garantir e ampliar as oportunidades para completar o período de escolarização obrigatória.

Transferência direta de renda e bens orientados para inclusão e equidade
"Asignación Universal por Hijo" ("Atribuição Universal por Filho" / AUH) (Argentina)
Programa Nacional de Alimentação Complementar Escolar (Bolívia)
Programa Bolsa Família / Programa Nacional de Alimentação Escolar / Programa Nacional do Livro Didático (Brasil)
Bônus "Logro escolar" / Bolsa de estudos de apoio à retenção escolar (Chile)
Programa de Alimentação Escolar / "Más familias en acción" ("Mais famílias em ação") / "Avancemos" (Colômbia)
Programa de Bolsas de Estudo / Programa de Alimentação e Nutrição Escolar / Programa Transporte Estudantil (Costa Rica)
Bônus de Desenvolvimento Humano / Programa de Alimentação Escolar (Equador)

Programa “Vaso de Leche Escolar” (“Copo de Leite Escolar”) / Entrega de uniformes, calçados e material escolar / Programa Alimentação e Saúde / Sistema integrado escolar inclusiva em tempo integral (El Salvador)
Programa “Mi Bono Seguro” (“Meu Benefício Seguro”) / Programa "Tarjeta para Alimentos" ("Cartão de Alimentação") / "Comprometidos con Primero" ("Comprometidos com o Primeiro Ano") (Guatemala)
Benefício "Vida Mejor" ("Vida Melhor") / Programa "Escuelas Saludables" ("Escolas Saudáveis") (Honduras)
Programa "Albergues Escolares Indígenas" (“Programa Albergues Escolares Indígenas”) / Programa "Libros de Texto" ("Livros Didáticos") / Programa "Inclusión educativa" ("Inclusão Educacional") (México)
Programa "Beca Universal" ("Bolsa de Estudo Universal") (Panamá)
"Programa de Provisión de Útiles Escolares" ("Programa de Provisão de Materiais Escolares") / "Programa Tekoporá" / "Escuela Viva" ("Escola Viva") (Paraguai)
"Programa Nacional de Apoyo Directo a los más Pobres" ("Programa Nacional de Apoio Direto aos mais Pobres") - Juntos / Jornada Escolar Completa (Peru)
Jornada escolar completa (Peru)
Programa de Alimentação Escolar (PAE) (Rep. Dominicana)

Fonte: SITEAL com base nos documentos oficiais disponíveis nos sites dos órgãos estatais de cada país.

Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Instituto Internacional de Planejamento Educacional
IIPE UNESCO Buenos Aires
Escritório para a América Latina

SITEAL | EDUCAÇÃO BÁSICA